

Relatórios
VIVARIO

Ano 2 • Nº 4 • Abril - maio de 2016

**A polícia que
faremos**



Índice

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Ana Schneider
Carlos Costa
Carlos Fernandes
Francisco Araujo
Joana Medina
Marília Rocha
Silvio Maffei
Tião Santos
Ubiratan Ângelo

Editores Executivos

Fabiano Monteiro
Jonas Araujo
Sandro Costa

Tradução

Larissa Harari

Projeto Gráfico

Carollina Bulcão

Designer

Luana Assis

Revisão

Celina Cortês

Fotos

Amaury Alves
Paulo Barros
Tamiris Barcellos
Walter Mesquita

VIVA RIO

Diretor Executivo

Rúbem César Fernandes

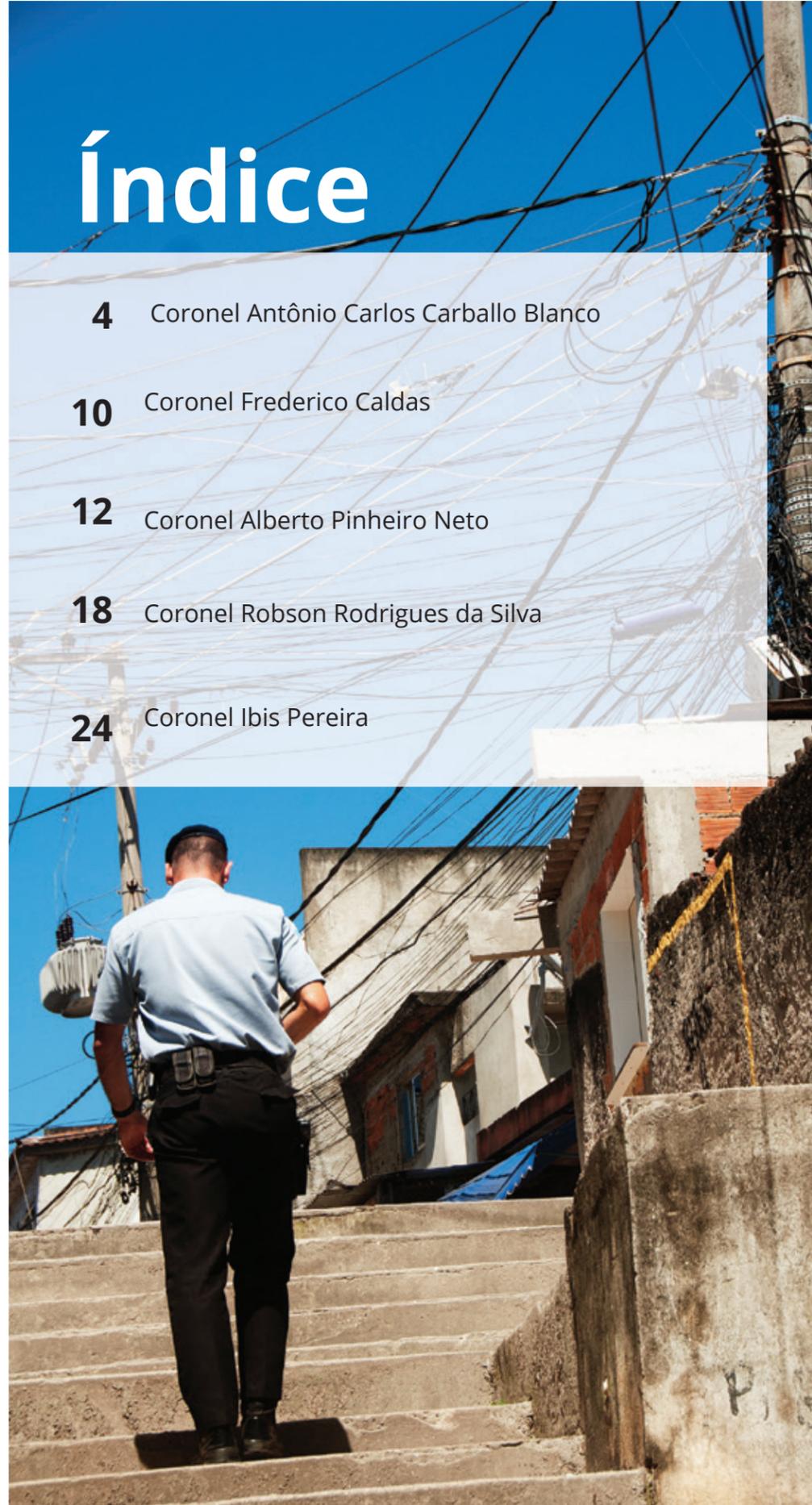
Vice-Diretora Executiva

Caroline Caçador

Rua do Russel, 76 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22210-010
Tel.: (21) 2555-3750
Fax: (21) 2555-3763

facebook.com/ongvivariorio

twitter@viva_rio



- 4 Coronel Antônio Carlos Carballo Blanco
- 10 Coronel Frederico Caldas
- 12 Coronel Alberto Pinheiro Neto
- 18 Coronel Robson Rodrigues da Silva
- 24 Coronel Ibis Pereira

Apresentação

O título deste Relatório, “A Polícia que Faremos”, foi pescado numa fala pública do Coronel Alberto Pinheiro Neto, o novo comandante geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Título ousado, que dialoga com a expressão “A Polícia que Queremos”, uma proposta articulada de mudanças validadas em amplo Seminário realizado pela PMERJ em parceria com o Viva Rio, em julho de 2006¹. Do desejo à ação, a distância é tanta que somos tentados a duvidar. Sabemos, contudo, que não se trata de uma bravata.

O Coronel Pinheiro Neto trouxe consigo uma equipe coesa e determinada. Dedicou-se a recuperar planos inovadores antes mesmo de assumir, em janeiro último. As ideias e os planos foram

concebidos no interior da corporação e remetem por sua vez à figura pioneira de Nazaré Cerqueira. Em respeito ao peso da ousadia, propomos uma série de encontros do novo comando com formadores de opinião dos principais veículos da mídia do país. São encontros para um diálogo estratégico, desafiador para ambas as partes, policiais e jornalistas.

Apresentamos aqui a memória do segundo (04/03/15) e terceiro (17/06/15) encontros, de uma série de quatro. São textos que reproduzem parte das falas feitas. Padecem, portanto, da fragilidade própria à comunicação oral quando transformada em escrita. Valem pela promessa, o conteúdo e o registro.

Rubem César Fernandes, *Diretor Executivo do Viva Rio*



Da esquerda para a direita: Coronel Antônio Carlos Carballo Blanco, Coronel Robson Rodrigues, Coronel Alberto Pinheiro Neto, Coronel Ibis Pereira e Coronel Frederico Caldas.

¹ Ver Haydée Caruzo, Luciane Patrício e Elizabete R. Albernaz: “A Polícia que Queremos: Desafios para a Reforma da Polícia Militar do Rio de Janeiro”, em Cadernos Adenauer, VII (2006) Nr 3

“A imagem icônica do menino com uma pipa em uma das mãos e na outra uma pistola, representa situações recorrentes.”



Coronel Antônio Carlos Carballo Blanco

Coordenadoria de Assuntos Estratégicos

“pipa em uma das mãos e na outra uma pistola”

Coronel Antônio Carlos Carballo Blanco
4 de março de 2015

Só confirmando o que o nosso Comandante falou... Existe um déficit nessa discussão que em última instância talvez seja a causa fundamental nesse processo, que repercute dentro e fora da corporação: talvez a falta de uma política de enfrentamento na questão das drogas seja o principal fator condutor dessa dinâmica da vitimização dentro da nossa corporação e também pra fora da corporação. Temos algumas situações que são contraditórias. Temos o nosso Secretário fazendo constantemente apelos à sociedade no sentido de conscientizar que a polícia é apenas parte do processo Segurança Pública. Mas existem alguns déficits importantes que têm a ver com prevenção primária. A imagem icônica do menino com uma pipa em uma das mãos e na outra uma pistola, representa situações recorrentes. Do ponto de vista técnico, nós estamos tentando fazer o melhor, mas ainda existe essa realidade de secar gelo, de apagar incêndio porque outras práticas não estão sendo devidamente enfrentadas. Nós sabemos que a causa finalística do tráfico de drogas é a lavagem de dinheiro de outros mecanismos que fazem com que essa atividade seja rentável e produtiva, que envolve outras conexões, outros atores, um poder paralelo, mas também um poder transversal, com os próprios mecanismos do governo. Sem investiga-

ção, sem inteligência, todo o esforço que está sendo feito para tentar mitigar os efeitos dessa realidade são esforços louváveis, mas dificilmente vamos conseguir reduzir de uma forma bastante aceitável, razoável, esses níveis de vitimização. Estou falando isso porque há 30 anos as coisas se reproduzem de forma quase que automática. Então existem fatores de origem que precisam ser debatidos. De repente colocar isso em pauta com a Polícia Civil: a questão da investigação, da inteligência. O modelo de justiça criminal, modelo de Segurança Pública no Brasil é bipartido. A integração é um mito político que na prática não se consolida porque são estruturas operacionais distintas. Temos que ver isso de forma concreta, discutir os níveis de elucidação dos delitos na nossa sociedade. Contrariamente daquilo que tinha que ser feito como descobrir de onde chegam as armas. A gente está com armas novas saindo da caixa, ou seja, estão entrando agora pelo país. Isso faz parte do processo histórico e social. Então contrariamente a isso, nós geramos uma demanda que a mídia também se aproveita disso para descobrir de onde saiu o disparo que atingiu fulano ou ciclano. Isso é relevante, mas a gente também tem que pautar como essas armas chegam, como essa droga chega, como essas armas e essas drogas se articulam na nossa democracia estatal. E isso é fato que

tem a ver com o processo de vitimização das pessoas inocentes e dos policiais. Isso faz parte da nossa realidade. Nós temos uma excelente equipe, muito bem articulada, muito bem capacitada do ponto de vista técnico e intelectual, mas existem fatores que fogem ao nosso controle e à nossa capacidade de ação. Nós estamos desenvolvendo uma modelagem em torno das condições internas de prevenção de acidentes e estresse para que o policial possa ter dentro de sua unidade um núcleo de referência linkado diretamente com o nosso setor de psicologia para dar suporte a ele e ao próprio comandante da unidade operacional, tornando o ambiente de trabalho muito mais humanizado, muito mais próximo daquilo que a gente entende como deve ser uma polícia de proximidade, uma polícia que esteja atuando de forma proativa com a participação da sociedade, orientada para a solução de problemas. Mas isso por si só tem um limite. Nós vamos efetivamente conseguir bons resultados, mas para ir além disso, para que possamos consolidar esse processo, é importante também que os outros órgãos e outras agências estejam efetivamente engajadas. Nós estamos trabalhando com metas, com indicadores, desenvolvendo índice de proficiência policial, para valorizar o policial, identificar o policial que está em situação de risco, às vezes com problemas de natureza física, mental ou psicológica. Então nós temos que nos antecipar para que esse risco não seja transferido para a sociedade, para a sociedade não ser vítima desse risco. E nós sabemos que nossos policiais são submetidos a escalas de trabalho estressantes, que são reproduzidos também no seu ambiente informal de trabalho, porque nós sabemos que o policial faz o famigerado bico pra tentar complementar a sua renda e nós temos que cuidar do nosso policial para que ele possa cuidar bem da nossa sociedade. ■

Coronel Antônio Carlos Carballo Blanco **17 de junho de 2015**

Formação do policial

Estamos propondo uma revisão e uma atualização do modelo do Exército Napoleônico, em vigor, que já não dialoga com as demandas e expectativas da instituição e da sociedade. Atualmente, tanto para ingressar na corporação no ciclo de praças como no ciclo de oficiais, ambos necessitam ter o ensino médio completo. Em geral, o candidato a soldado da corporação tem uma história de vida um pouco mais sofrida. Normalmente já trabalhou antes, tem família constituída e não mora com os pais.

Já o candidato que presta concurso para PM tem outro perfil: mora com os pais, estudou em colégios de razoável para uma excelente qualidade e nunca trabalhou. Queremos justamente desconstruir estes mundos, fazendo com que os currículos na formação básica do policial sejam currículos comuns, em um sentido único de carreira.

A expectativa é que todos os policiais militares do Rio de Janeiro, na perspectiva de capacitação continuada, terão o ensino superior completo em 15 anos. Vamos obedecer ao que foi pesquisado em termos de perfil sociográfico, mantendo o ingresso com ensino médio como exigência para praça, mas após a formatura ele vai continuar seus estudos e no máximo em três anos adquire a titularidade do ensino superior completo, já com a perspectiva de obter uma primeira promoção na carreira.

Infelizmente, por conta da constituição, não é possível avançar mais nessa modelagem. De acordo com regras do Supremo Tribunal Federal, também não se pode fazer um sistema de aproveitamento de vagas dando ao policial que vem da base a garantia de uma reserva de vagas para que ele possa ascender ao oficialato.

O modelo que imaginamos pressupõe a vaga única pela unificação da base curricular, comum a todos os policiais. Tem o objetivo de unificar e valorizar as competências provenientes dos processos formativos correspondentes às carreiras de “praça” e “oficial”. Nesse novo modelo não vai existir mais uma formação para “praças” ou para “oficiais”. Todos vão passar pela mesma escola, vão sentar nos mesmos bancos escolares e compartilhar experiências de um mesmo conhecimento técnico-profissional. Essa é a possibilidade de todos saírem de um mesmo espaço comum dentro de um programa de capacitação profissional.

O curso básico de formação policial corresponde à última etapa do processo seletivo para o ingresso na corporação, o outro será realizado na Escola Profissional da PMERJ. Pelo modelo atual, o curso de formação já sinaliza para o início da carreira policial, ou seja, passar no concurso da corporação corresponde à expectativa já garantida de que ele seja um servidor público legalmente revestido e apto à função. Se for aprovado e tiver a aprovação homologada, ele já é considerado um servidor público e recebe seu Registro Geral (RG).

Processo mais ágil

Com o novo modelo, a classificação do candidato vai ser uma etapa para o processo seletivo. Então, ele só será revestido de um cargo na carreira policial depois de concluir o curso básico de formação policial. Isso torna muito mais ágil e eficaz o próprio processo seletivo, até mesmo em caso de desligamento. O curso básico de formação policial é realizado exclusivamente por candidatos civis, que serão aprovados nas etapas seguintes.

Outra novidade são os requisitos de grau de escolaridade. Ao comparar a polícia de outros países, concluímos que o melhor grau de escolaridade para o exercício das funções de oficial é a do ensino superior completo, por exigir conhecimento da atividade policial de natureza técnica, uma habilidade em gestão e um conhecimento de políticas públicas, ao contrário do modelo atual, que exige a escolaridade mínima.

A diferença é que o candidato que já está na escola e possui o ensino superior completo esgota os créditos pelo fato de já ter feito o curso na escola profissional. Ele vai passar por um módulo avançado, o módulo acadêmico, como um curso de especialização Lato Sensu em Gestão de Políticas de Segurança Pública. É uma grande vantagem para o policial e para a instituição. O processo formativo fica mais rápido, porque ele não terá de repetir todo o ciclo formativo, como é no atual modelo.

Então a formação do policial, prevista para três anos para os oficiais, será antecipada em pelo menos metade do tempo de formação. O candidato civil vai ter de fazer a escola profissional, de nivelamento, de alinhamento de conhecimentos técnico-profissionais, e depois avançar para o módulo acadêmico, como se fosse um roteiro universitário. O candidato tem um determinado número de créditos que uma vez cumpridos, permitirão a ele avançar para o módulo acadêmico.

Os que ingressam pela via da escola profissional para

praça só serão declarados membros legalmente revestidos na condição de policial se concluírem com aproveitamento o módulo técnico-profissional. Já o candidato se torna oficial quando avança do módulo profissional para o acadêmico. Uma vez concluído o curso básico, a ideia é que ele continue seus estudos já exercendo suas atividades de policial através do curso de tecnólogo do curso de Segurança Pública, para que o soldado, em três anos, alcance a titularidade do ensino superior completo. Para os que não possuem nível superior, começou no ano passado um programa de capacitação que envolve o Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), através da Fundação CECIERJ e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que planejou o currículo de tecnólogo de Segurança Pública na modalidade EAD (Educação à Distância). Duplicamos a oferta de vagas a cada ano e vamos oferecer aos policiais que não têm curso superior a possibilidade de concorrer a duas mil vagas, subdivididas em mil vagas a cada semestre.

Perspectivas

Nossa perspectiva é oferecer 10 mil vagas aos policiais que não possuem curso superior, sempre na modalidade EAD, com avaliação presencial. Esse curso, de altíssima qualidade, é realizado através de um consórcio que envolve diversas universidades: a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Rural, a Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e, se não me engano, a Federal Fluminense (UFF). São excelentes todos os feedbacks que temos recebido sobre a substância desse conteúdo e a forma como os policiais estão reagindo ao curso.

Sem a menor sombra de dúvida, isso vai se refletir na qualidade de prestação de serviços desse policial à comunidade. A grande novidade é essa: não vamos deixar desamparados os policiais que não têm terceiro grau. A cada ano, vamos investir nele com duas mil vagas, para que possa ingressar no curso de tecnólogo de Segurança Pública e, a partir daí, traçar seu plano de voo para reduzir o período de formação, que passa a ter como parâmetro a exigência do terceiro grau completo.

E se o policial já passa para a academia com o terceiro grau completo? Na ordem de formação de créditos, aquele que ele obtiver na formação básica serão considerados. Então o candidato já passa para o módulo acadêmico, que nada mais é que um curso de pós-graduação Lato Sensu em Políticas Públicas e Gestão de Segurança Pública. A diferença para o policial formado é que ele vai ter a redução

de cerca de 50% do período hoje destinado para ingressar na academia de oficiais.

Vai haver um nivelamento no processo de seleção do concurso público para que esses candidatos possam ingressar no processo formativo de policiais em igualdade de condições. Hoje há uma proposta de alteração do nosso estatuto, que é uma lei estadual, já encaminhada à Casa Civil, para ser recepcionada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), para viabilizar, na carreira do oficialato, a exigência do terceiro grau como requisito básico para ingressar na academia.

Se conseguirmos avançar na tramitação desse processo legislativo, já teremos a primeira turma de Oficiais e Praças, nessa nova proposta, ainda na primeira turma de 2016. Nosso principal objetivo é melhorar a qualificação dos policiais militares, sejam eles do ciclo de praças ou do ciclo dos oficiais.

Modelo vigente

Pelo modelo vigente, a polícia militar é composta em dois ciclos por homens e mulheres, de forma segmentada. Um ciclo de oficiais, estruturado em três subdivisões - a dos policiais subalternos, dos intermediários e dos superiores. O outro ciclo é composto pelos praças e tem quatro subdivisões: soldados e cabos, sargentos e subtenentes.

Na realidade, existem dois mundos distintos que operam na lógica institucional: um dos oficiais, mais elitizado, e o dos praças, onde efetivamente acontecem as interações da instituição com o dia a dia. Imaginando que o produto da instituição é fruto da interação do policial com os indivíduos e instituições, nada mais racional do que investir na capacitação e na qualificação desse servidor público, verdadeiro produto da instituição, o policial militar bem capacitado, qualificado para o exercício de suas funções, equipado, motivado para que essas funções sejam atendidas da melhor forma possível de acordo com as expectativas e demandas da sociedade. ■



“ Nossa instituição chegou ao fundo do poço por conta dessa crise moral ”



Coronel Frederico Caldas

Coordenador de Comunicação Social da PM (CCCOMSOC)

“Nossa instituição chegou ao fundo do poço”

Coronel Frederico Caldas
4 de março de 2015

Há várias explicações que tentamos encontrar para a volta dos confrontos em comunidades já pacificadas. Muitos marginais presos no início do processo de pacificação foram soltos por algum tipo de benefício que existe na lei. Alguns fugiram da cadeia, outros do local onde a UPP entrou, e voltaram. Isso de alguma maneira ajudou a reestruturar o tráfico de drogas. Outra questão foi a falta de apoio ao processo de pacificação. A PM estava mobilizada em função das manifestações e pude sentir nesse período a falta de apoio do comando de operações especiais. A polícia se viu muito fragilizada no final de 2013. E em 2014, sabíamos que havia políticos incitando manifestações contra a polícia pacificada, que tiveram envolvimento com traficantes e marginais. Tudo somado se refletiu na polícia. Me culpei muito e quase morri na Rocinha, em 16 fevereiro de 2013, às 10h30. Estava no alto da comunidade de São Conrado com oito policiais, quase morremos, e crédito isso à falha estratégica do comando da corporação, que deixou de prover o apoio necessário. Foram muitos os fatores que explicam essa mudança de cenário e essa fragilização. Foi a fase mais difícil do processo de pacificação. Nessa época foram 14 policiais mortos, dos quais

11 carreguei o caixão. Não há nada mais doloroso. Infelizmente, de fato, faltou apoio com a mudança de cenário, que muda da mesma maneira que a economia. Lembro que no final de 2013, por conta de toda aquela mobilização que aconteceu os governos ficaram de joelhos. Houve uma fragilização dos governantes e do poder público como um todo e as polícias também sofreram as consequências. Quando ocorreu aquela perplexidade no país as polícias também foram surpreendidas e elas não estavam no foco daquelas manifestações. Houve alguns excessos, isso é indiscutível, não possuíamos equipamento adequado para aquelas respostas porque o Rio de Janeiro não tinha um histórico de manifestações tão violentas. Para se ter uma ideia, os investimentos foram feitos para a Copa das Confederações, não para as manifestações. Agora estão sendo tomadas medidas para reparar esse erro estratégico, esse erro de avaliação, especialmente o processo de desmonte feito com o batalhão de operações especiais. Em determinado momento, discutimos estratégias com policiais que depois foram presos por corrupção. Nossa instituição chegou ao fundo do poço por conta dessa crise moral, dessa crise ética, algo repugnante que agora pretendemos reparar. ■

“ Não treinamos os policiais de pacificação para serem gerenciadores de conflito e nem soldados em guerra ”



Coronel Alberto Pinheiro Neto
Comandante Geral da Polícia Militar

Coronel Alberto Pinheiro Neto 4 de março de 2015

Verificamos um imenso derrame de armamento e de drogas nas comunidades do Rio de Janeiro. Conjugamos nossas iniciativas às ações dos comandos de policiamento de área, subordinados aos batalhões de policiamento. Foram operações rotineiras e conjuntas, sob o comando das operações especiais, para retirar de circulação os armamentos e as drogas. Estamos com um número de apreensão de fuzis de assalto e de drogas absurdamente elevado, foram quase 70 destas armas apreendidas nos dois primeiros meses deste ano em operações rotineiras. Comparando à Rocinha, Maré e Jacarezinho, são números de uma ação de retomada de território, de uma grande área sob o domínio de traficantes.

Com o equilíbrio do processo de pacificação, chama atenção a entrada de armamentos de qualidade. São armas bastante novas, de boa procedência, diferentes das que se apreendia antes. Trinta dos 70 fuzis apreendidos são os chamados AKs-47, de origem russa, que necessitam de munição especial. É impossível o bandido fazer aquela arma funcionar com desvios dos quartéis das forças armadas ou das polícias. Isso mostra, então, que está montada aqui uma cadeia muito interessante para suprimento de armamentos. São armas novas, com munição adequada, usadas para assalto.

Esta entrada do AK-47 no Rio de Janeiro significa que a cadeia de segurança foi quebrada. Pode ser um armamento proveniente do desmonte de algum exército do oeste Europeu, talvez da Ucrânia. Os AK-47s são livres na Venezuela e na Colômbia. É preciso estudar possíveis ligações entre traficantes da Venezuela e da Colômbia com seus pares brasileiros, porque isto vai sinalizar qual é a rota de entrada desse material. Temos áreas que precisam de forças mais poderosas do que as dos próprios policiais da força de pacificação.

Estamos fazendo uma releitura de cada área específica de pacificação para verificar seus níveis de classificação e status. Dois terços das áreas já pacificadas estão dentro do padrão aceitável e um terço delas tem problemas. Dentro deste um terço, solicitamos à equipe do Comando de Policiamento de Pacificação que priorizasse um local para que seja

feita uma nova ação de redução da violência contra os policiais e também contra os cidadãos.

Estamos identificando a possibilidade de fazer a curva de convergência e a junção ao processo de pacificação com uma nova modalidade de policiamento, o que passa por investimentos. Precisamos fazer mudanças em termos estruturais na Polícia Militar, com treinamento de pessoal, construção de novas instalações e modernização das instalações. Tudo, porém, demanda recursos.

Temos um alinhamento estratégico previsto para entre 2013-2018, e agora queremos chegar a 2018 com um novo conceito de polícia instalado no Rio de Janeiro, a polícia de proximidade. Não estamos inventando a roda. A polícia de proximidade foi aplicada em várias partes do mundo e é o retorno do policial servidor, que se aproxima da população, conhece os problemas de uma pequena área. Tudo depende de investimentos e de quando os recursos serão liberados. Vai depender também das questões econômicas do país.

Em relação às Unidades de Polícia de Pacificação (UPPs), o que vejo nas UPPs é um processo em desequilíbrio, como qualquer outro dessa envergadura no mundo, que não são muitos. Existe algo similar na Colômbia, na Palestina. E há revezes na pacificação. Aqui não seria diferente. Temos de entender o processo, ver o que acontece, realinhar, preparar o pessoal, buscar recursos, preparar o planejamento e avançar. O que não podemos permitir é que esse programa se perca, em hipótese alguma. É um grande programa, é realmente uma luz no fim do túnel. A última ação deste ano deverá ser retomada da Maré, quando se encerra o processo e terá início um grande balanço dos acontecimentos. O alinhamento desse processo de pacificação com a polícia de proximidade é o arremate que desejamos para dar sustentabilidade à estrutura. Temos planejamentos refinados, agora precisamos alinhá-los ao orçamento disponível.

Intervenção

A partir do critério do grau de criticidade constatamos que precisávamos atuar no morro de São João, no Méier. Na avaliação da equipe, embora essa comunidade tivesse um trabalho bem desenhado em termos de pacificação, ele está se perdendo. Ocorre a entrada de armamento de guerra, os policiais voltam a sofrer ações de força e acabam evacuados.

Agora, nossa estratégia é retirar o policiamento de pacificação dessa localidade com problemas graves e entrar com o policiamento de intervenção. Num primeiro momento, este policiamento fará uma grande varredura na região, com batalhão de operações especiais e operações com cães.

Num segundo momento, a própria intervenção sai e entra com uma força de ocupação, o batalhão de choque. Ao mesmo tempo, aquela equipe de policiais de pacificação que estava ali é retirada e levada para um centro de treinamento, onde será submetida a uma reciclagem, a um retreinamento, tendo em vista o novo cenário no qual eles estão envolvidos. Mais ou menos uma semana depois, com uma nova visão do ponto de vista criminal, após feitas as apreensões e prisões, este pessoal retorna e passa a receber treinamento dentro da área. Quando os técnicos do Comando de Operações Especiais informarem que a situação está controlada, volta o policiamento de pacificação. Isto está previsto em decreto do governador.

Não treinamos os policiais de pacificação para serem gerenciadores de conflito e nem soldados em guerra, até porque não teríamos área pacificada ou estabilidade no processo. Montamos um curso para dar o suporte de uma força mais poderosa durante situações de conflitos. Só que o deslocamento dessa força leva tempo. Por exemplo: o pessoal do Jacarezinho está com problemas e aciona o Bope, mas o policial tem de sobreviver enquanto o batalhão não chega. Então, ele está aprendendo a arte de sobreviver em uma situação de alto risco. O curso dá ao policial a capacidade de se proteger, diminuindo o risco da operação para ele e para aquela população. Tudo isso envolve o treinamento de abordagem de progressão, mas o foco é autoproteção.

Na prática, não seria como um treinamento para a guerra. O objetivo é evitar que o policial seja vítima durante um conflito. Como posso me proteger? Quais as possibilidades de abrigo e progressão que tenho? Treinar alguém para a guerra é diferente. Qualquer policial, em qualquer parte do mundo, é treinado para agir em situações de crise. Quando, por exemplo, chegamos ao Complexo do Alemão e aplicamos uma força poderosa em relação aos ataques deliberados a policiais, percebemos que passamos a ter acidentes.

Colocamos policiais especializados em treinamento tático e começamos a identificar que eles eram alvejados em uma abordagem feita por uma motoci-

leta. Estudamos os casos e chegamos à conclusão de que há alguma deficiência técnica que precisa ser ajustada. O ajuste técnico está sendo feito agora. São 12 mil policiais que precisam ser reciclados. Pelas estimativas, a retirada do policiamento, a alocação de uma força especial, o retreinamento e retorno devem tomar 36 meses (três anos e meio).

É preciso parar, reavaliar o processo de pacificação, consertar e fazer a retomada deste processo. No dia 1º de abril, será iniciada a pacificação naquela região, que deve levar de três a quatro meses. Este é o contexto que envolve a vitimização de policiais nesses dois meses sob o novo comando. Estamos retomando ações imediatas, vamos conseguir controlar e retomar.

Suporte

No terço final do ano passado fizemos um recorte e focamos no Complexo do Alemão. Houve um conjunto de incidentes envolvendo policiais com 14 vítimas a serviço e a partir disso reorganizamos o policiamento naquela área. Havia 47 fuzis na região que reduzimos para cinco a partir de novembro de 2014, com o suporte das forças especiais. Fizemos uma reorganização no comando das operações especiais que refletiu de imediato nos complexos da Penha e do Alemão, com significativa redução do quadro de vitimização de policiais.

A situação está mais violenta do que em 2007? Na minha opinião, não. Está dentro de um limite. É uma crise de baixo impacto. Tão controlada que estamos conseguindo reverter o processo. Estamos com quatro meses na corporação e, desde então, temos verificado em números absolutos uma redução da morte de policiais nesta região, o que considero um sucesso.

Considerando o alto grau de vitimização de policiais por um determinado tempo, fizemos testes no complexo da Penha, onde foi aplicada uma força especial em auxílio ao processo de pacificação. O resultado foi uma queda substantiva nas mortes. Com isso, determinamos que ações como esta seriam feitas em todas as regiões com aquele mesmo tipo de problema. Fizemos as ações e conseguimos reduzir os índices de morte de policiais. ■

“Estamos conseguindo reverter o processo”

Coronel Alberto Pinheiro Neto
17 de junho de 2015

A situação está mais violenta do que em 2007? Na minha opinião, não. Está dentro de um limite. É uma crise de baixo impacto, tão controlada que estamos conseguindo reverter o processo. Desde que voltamos à corporação temos verificado em números absolutos uma redução da morte de policiais nesta região (Penha e Alemão), o que considero um sucesso.

Levando em conta o alto grau de vitimização de policiais por um determinado tempo, fizemos testes no complexo da Penha, onde foi aplicada uma força especial em auxílio ao processo de pacificação. O resultado foi uma queda substantiva nas mortes. Com isso, determinamos que ações como esta seriam realizadas em todas as regiões com aquele mesmo tipo de problema. Fizemos as ações e conseguimos reduzir os índices de morte de policiais.

No terço final do ano passado focamos no Complexo do Alemão. Houve um conjunto de incidentes envolvendo policiais com 14 vítimas a serviço e a partir disso reorganizamos o policiamento naquela área. Havia 47 fuzis na região que reduzimos para cinco a partir de novembro de 2014, com o suporte das forças especiais. Fizemos uma reorganização no comando das operações especiais que refletiu de imediato nos complexos da Penha e do Alemão, com significativa redução do quadro de vitimização de policiais.

Treinamento

Não treinamos os policiais de pacificação para serem gerenciadores de conflito e nem soldados em guerra, até porque não teríamos área pacificada ou estabilidade no processo. Montamos um curso para dar o suporte de uma força mais poderosa durante situações de conflitos. Só que o deslocamento dessa força leva tempo. Por exemplo: o pessoal do Jacarezinho está com problemas e aciona o Bope, mas o policial tem de sobreviver enquanto o batalhão não chega. Então, ele está aprendendo a arte de sobreviver em uma situação de alto risco. O curso dá ao policial a capacidade de se proteger, diminuindo o risco da operação para ele e para aquela população. Tudo isso envolve o treinamento de abordagem de progressão, mas o foco é autoproteção.

Na prática, não seria como um treinamento para a guerra. O objetivo é evitar que o policial seja vítima durante um conflito. Como posso me proteger? Quais as possibilidades de abrigo e progressão que tenho? Treinar alguém para a guerra é diferente. Qualquer policial, em qualquer parte do mundo, é treinado para agir em situações de crise. Quando, por exemplo, chegamos ao Complexo do Alemão e aplicamos uma força poderosa em relação aos ataques deliberados a policiais, percebemos que pas-

samos a ter acidentes.

Colocamos policiais especializados em treinamento tático e começamos a identificar que eles eram alvejados em uma abordagem feita por uma motocicleta. Estudamos os casos e chegamos à conclusão de que há alguma deficiência técnica que precisa ser ajustada. O ajuste técnico está sendo feito agora. São 12 mil policiais que precisam ser reciclados. Pelas estimativas, a retirada do policiamento, a alocação de uma força especial, o retreinamento e retorno devem tomar 36 meses (três anos e meio).

É preciso parar, reavaliar o processo de pacificação, consertar e fazer a retomada deste processo. Já foi iniciada a pacificação na região do Alemão, que deve levar de três a quatro meses. Este é o contexto que envolve a vitimização de policiais nesses meses sob novo comando. Estamos retomando ações imediatas, vamos conseguir controlar e retomar.

Intervenção

A partir do critério do grau de criticidade, constatamos que precisávamos atuar no Morro São João, no Méier. Na avaliação da equipe, embora essa comunidade tivesse um trabalho bem desenhado em termos de pacificação, ele estava se perdendo. Ocorre a entrada de armamento de guerra, os policiais voltam a sofrer ações de força e acabam evacuados. Agora, nossa estratégia é retirar o policiamento de pacificação dessa localidade com problemas graves e entrar com o policiamento de intervenção. Num primeiro momento, este policiamento fará uma grande varredura na região, com batalhão de operações especiais e operações com cães.

Num segundo momento, a própria intervenção sai e entra uma força de ocupação, o batalhão de choque. Ao mesmo tempo, aquela equipe de policiais de pacificação que estava ali é retirada e levada para um centro de treinamento, onde será submetida a uma reciclagem, a um retreinamento, tendo em vista o novo cenário no qual eles estão envolvidos. Mais ou menos uma semana depois, com uma nova visão do ponto de vista criminal, após feitas as apreensões e prisões, este pessoal retorna e passa a receber treinamento dentro da área. Quando os técnicos do Comando de Operações Especiais informarem que a situação está controlada, volta o policiamento de pacificação. Isto está previsto em decreto do governador.

Curva de convergência

Estamos identificando a possibilidade de fazer a curva de convergência e a junção ao processo de pacificação com uma nova modalidade de policiamento, o que passa por investimentos. Precisamos fazer mudanças em termos estruturais na Polícia Militar, com treinamento de pessoal, construção de novas instalações e modernização das instalações. Tudo, porém, demanda recursos.

Temos um alinhamento estratégico previsto para entre 2013-2018, e agora queremos chegar a 2018 com um novo conceito de polícia instalado no Rio de Janeiro, a polícia de proximidade. Não estamos inventando a roda. A polícia de proximidade foi aplicada em várias partes do mundo e é o retorno do policial servidor, que se aproxima da população, conhece os problemas de uma pequena área. Tudo depende de investimentos e de quando os recursos serão liberados. Vai depender também das questões econômicas do país.

Em relação às Unidades de Polícia de Pacificação (UPPs), o que vejo nas UPPs é um processo em desequilíbrio, como qualquer outro dessa envergadura no mundo, que não são muitos. Existe algo similar na Colômbia, na Palestina. E há vezes na pacificação. Aqui não seria diferente. Temos de entender o processo, ver o que acontece, realinhar, preparar o pessoal, buscar recursos, preparar o planejamento e avançar. O que não podemos permitir é que esse programa se perca, em hipótese alguma. É um grande programa, é realmente uma luz no fim do túnel.

Armas e drogas

Verificamos um imenso derrame de armamento e de drogas nas comunidades do Rio de Janeiro. Conjugamos nossas iniciativas às ações dos comandos de policiamento de área, subordinados aos batalhões de policiamento. Foram operações rotineiras e conjuntas, sob o comando das operações especiais, para retirar de circulação os armamentos e as drogas. Estamos com um número de apreensão de fuzis de assalto e de drogas absurdamente elevado, foram quase 70 destas armas apreendidas nos dois primeiros meses deste ano em operações rotineiras. Comparando à Rocinha, Maré e Jacarezinho, são números de uma ação de retomada de território, de uma grande área sob o domínio de traficantes. Com o equilíbrio do processo de pacificação, cha-

ma atenção a entrada de armamentos de qualidade. São armas bastante novas, de boa procedência, diferentes das que se apreendia antes. Trinta dos 70 fuzis apreendidos são os chamados AKs-47, de origem russa, que necessitam de munição especial. É impossível o bandido fazer aquela arma funcionar com desvios dos quartéis das forças armadas ou das polícias. Isso mostra, então, que está montada aqui uma cadeia muito interessante para suprimento de armamentos. São armas novas, com munição adequada, usadas para assalto. Esta entrada do AK-47 no Rio de Janeiro significa que a cadeia de segurança foi quebrada. Pode ser um armamento proveniente do desmonte de algum exército do oeste Europeu, talvez da Ucrânia. Os AK-47s são livres na Venezuela e na Colômbia. É pre-

ciso estudar possíveis ligações entre traficantes da Venezuela e da Colômbia com seus pares brasileiros, porque isto vai sinalizar qual é a rota de entrada desse material. Temos áreas que precisam de forças mais poderosas do que as dos próprios policiais da força de pacificação.

Estamos fazendo uma releitura de cada área específica de pacificação para verificar seus níveis de classificação e status. Dois terços das áreas já pacificadas estão dentro do padrão aceitável e um terço delas tem problemas. Dentro deste um terço, solicitamos à equipe do Comando de Policiamento de Pacificação que priorizasse um local para que seja feita uma nova ação de redução da violência contra os policiais e também contra os cidadãos. ■



“ Não treinamos os policiais de pacificação para serem gerenciadores de conflito e nem soldados em guerra ”



Coronel Robson Rodrigues da Silva
Chefe do Estado Maior da Polícia Militar

Coronel Robson Rodrigues da Silva 4 de março de 2015

A UPP é um laboratório para reformulação de todas as práticas da polícia, que serve de base para todas as polícias do Brasil. Não existe um projeto de tamanha envergadura no mundo para esse tipo de projeto. Então precisamos aproveitar. Não é fácil, os problemas vão continuar, mas, no geral, os resultados são muito positivos. Na década de 90 as taxas de homicídio eram de 60 por 100 mil habitantes e hoje estão em torno de 26 por 100 mil habitantes. Em média, 70% deles ocorrem com armas de pequeno porte e nós somos um dos maiores produtores de armas de pequeno porte no mundo. É preciso questionar isso, levar para a sociedade como um todo tal discussão e passar da UPP, porque há coisas mais amplas para serem feitas.

Se olharmos para a América Latina encontraremos muitos pontos em comum. Primeiro, é a região mais violenta do mundo. Segundo, temos características e espaços totalmente vulneráveis, ao lado de traços de autoritarismo e questões como a fragilidade dos sistemas de segurança pública. Isso tudo é uma mistura explosiva que vai resultar em altas taxas de natalidade dentro de espaços que têm muito em comum com nossas favelas.

No todo, porém, o processo é muito positivo. Ao analisar as taxas verificamos que houve um decréscimo muito interessante. Se estivermos preparados para ter instabilidade, também estamos preparados para monitorar os dados. Por mais positiva que seja qualquer ação do estado não gera uma sinergia pela fragilidade do nosso sistema de segurança pública que envolve atores como o Ministério Público, a Polícia Federal, a Justiça e as leis. Isso vai impactar nos resultados de qualquer iniciativa, por mais positiva que ela seja. Atingimos o nosso limite rapidamente, porque há outros fatores que também impactam nesse fenômeno.

No entanto, ainda faltava nesse programa de polícia pacificadora um monitoramento adequado dos fatores de risco. Isto sem falar que vivemos em um sistema extremamente fragilizado de justiça criminal e segurança pública. É preciso entender que esses territórios são instáveis e têm de ser monitorados. Hoje o Santa Marta pode estar sem nenhuma morte, ficar anos sem nenhum homicídio, existe

então uma taxa relativa de homicídios / 100 mil habitantes muito menor do que a de países europeus, embora haja vários problemas para serem sanados. A grande questão é como podemos fazer para que este monitoramento seja reincorporado e se torne um grande sistema de segurança pública. Em caso contrário, a polícia vai ficar sem nenhum sustentáculo e a pacificação ficaria reduzida à prática da UPP. Pacificação dentro da polícia se faz com programa de polícia pacificadora, não só com UPP, mas com todo um sistema. Os comandos de área têm ações definidas nesse novo decreto do governador para proteger os policiais em caso de alguma conflagração. Todos os protocolos, então, foram construídos a partir desse entendimento mais adequado e de um monitoramento mais detalhado.

Pesquisa de vitimização

A Secretaria de Segurança fez uma pesquisa sobre vitimização de policiais com a Polícia Militar, para podermos verificar a situação de fato de uma forma metodológica. Às vezes vamos por um caminho que pensamos estar certo e a pesquisa nos surpreende. Foi feito um levantamento em relação ao número de policiais mortos em serviço ou no horário de folga. Verificamos que o policial ainda morre bastante nos horários de folga pelo simples fato de ser policial. Isso nos custa muito não só na questão emocional, como é uma perda para a sociedade, que deixa de contar com o policial de que necessita.

Temos de melhorar essa formação, esse treinamento tático-operacional, e mostrar a esse policial que sua simples identificação significa um risco para ele. Não é só tirar o fuzil na hora do serviço, mas como dizer para esse policial que ele vai ficar sem o fuzil? Estamos construindo ações em função dessa pesquisa, feita de 2007 a 2014. Constatamos que o serviço de rádio patrulha é onde o policial mais morre e mais é ferido, não só por tiro, mas por paulada, pedrada, por arma branca.

Grande parte das instituições públicas no Brasil não tem a legitimidade que caberia a uma sociedade democrática, então o policial sofre, apanha, é cortado. Já criamos uma comissão interna de prevenção de acidentes, estamos com algumas ações para conscientizar esse policial. Não é fácil, precisamos exercer uma pedagogia muito criativa. Falamos das coisas visíveis, como feridas, mas e as invisíveis? E os impactos, a exemplo de policiais vitimados por

doenças silenciosas?

Muitos destes impactos são resultado do fato de vivermos uma cultura não construída só dentro da polícia, mas a partir de um contexto global da sociedade. Tínhamos verdadeiros veteranos de guerra trabalhando, com muitos problemas de saúde física e mental, vítimas do serviço que exercem. Sentimos grande preocupação com nosso efetivo, nossos recursos humanos nos preocupam muito. É uma questão de conscientização no trabalho e na vida pessoal, com um grande número de acidentes de tiro. Há muitas mortes causadas em função dos locais que eles frequentam, dos horários no final de semana. São muitos dados para ser analisados.

Voltando à questão da vitimização e ao processo da capacitação, também já falamos que um dos pontos fundamentais seria explicar o erro que é reduzir a pacificação apenas às UPPs. Foi dado o primeiro passo na publicação do decreto, no qual a pacificação foi alçada a um determinado nível e outras secretarias do Estado estão envolvidas. A polícia, inclusive, não fez parte da primeira reunião para discutir o andamento desse projeto.

Vulnerabilidade

O Rio de Janeiro, por exemplo, é uma boca aberta com a Baía de Guanabara, e as vias expressas também são focos de risco, ou seja, representam questões muito mais complexas do que pensar apenas a UPP. Incorremos no mesmo erro: reduzir a pacificação ao esforço da UPP ou de polícia. Não é só isso, mas muito mais do que pensamos quando se usa o discurso equivocado de que o problema se limita ao social. Os indicadores sociais têm caído, mas a violência no Brasil continua em alta, estagnou na última década. O que precisamos fazer é mudar a abordagem dos fatores.

O que temos em comum com o resto do continente? Fragilidade no sistema, alta desigualdade social nessas áreas periféricas e fragilidade institucional. As instituições não funcionam, principalmente nos grupos mais vulneráveis como os jovens, sejam eles vítimas ou perpetradores da violência e incluo aí jovens policiais, o que não ocorre, por exemplo, no México. Lá eles chamam de efeito cucaracha, quando o combate se espalha e as rotas produzem altas taxas de violência.

Então é preciso que o governo federal se incumba de sua missão de Segurança Pública para começar-

mos a construir planos regionais, envolvendo outros países da região, onde as causas e fatores estão sendo originados. Se o (Eduardo) Galeano fosse escrever outro livro, seria "As narinas abertas dos Estados Unidos". É um efeito que não podemos desconsiderar.

Estamos com um esforço muito grande para não nos envolver nos mesmos equívocos, nos mesmos erros. Porém, esse processo de transição é fundamental. Entramos, viramos a amulheta e já começamos a estudar as pessoas. Estão em discussão aqueles que terão possibilidade, condições necessárias, que serão chamados para uma sabatina para entender, discernir melhor o alinhamento que precisamos. Alguns pontos são complexos, muita gente boa dificilmente consegue entender. Precisamos então melhorar nossa comunicação, fazendo nossa mea culpa.

Depois que nosso projeto foi interrompido, em 2013, voltamos e apresentar um norte, que agora foi agora aceito. A adversidade entre uma Polícia de Proximidade e a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) pode existir de fato. Mas se ela for estrategicamente bem conduzida, essa adversidade pode se tornar uma boa oportunidade. Existe resistência à Polícia de Proximidade em todo lugar do mundo, sobretudo por parte dos jovens policiais. Mas jovem é assim, quer adrenalina, emoção, talvez eles não tenham maturidade para perceber que esse tipo de ação é muito mais eficaz, porque gera legitimidade e eficiência. Como não requer um uso maior da força, acaba motivando credibilidade. ■



Coronel Robson Rodrigues da Silva
17 de junho de 2015

Vitimização na sociedade

O Rio de Janeiro ainda é um estado muito violento. São 27 homicídios por 100 mil habitantes, índice considerado alto pelas instituições internacionais. Segundo série histórica com as médias dos homicídios e eventos até 2015, o mês de fevereiro de 2015 foi o melhor desde a série histórica iniciada em 1991. Embora seja cedo para afirmar se é uma tendência, pode se observar uma redução justamente no mês do carnaval.

Ainda muito alta, a incidência de homicídios vem se reduzindo desde 2008. Na comparação entre fevereiro de 2014 e 2015, houve uma redução de 32,8% no registro de homicídios cometidos por armas de fogo. Foram 324 mortes, índice ainda alto, embora represente uma redução de 158 mortes no Estado. O Estado é dividido em sete regiões que se subdividem em áreas integradas de segurança pública, correspondentes à área de um batalhão. Na Região Integrada de Segurança Pública (RISP) 03 (Baixada), foram 122 homicídios dolosos em fevereiro de 2015. Historicamente, é a região com os maiores ín-

dices: 38% do total. As RISP 01 (zona Sul e Centro), 02 (zonas Norte e Oeste) e 03 concentraram 63% de todos os homicídios no Estado do Rio de Janeiro. Então há uma definição significativa de onde essas mortes têm ocorrido com maior frequência no Estado. A RISP 04 compreende a Grande Niterói e parte da Região dos Lagos; a RISP 05, Volta Redonda e Angra dos Reis; a RISP 06, Itaperuna e Campos e a RISP 07, a Região Serrana. Temos priorizado as próximas ações em função dos estudos. E por abrigar o maior número de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a RISP 01 é uma das áreas que nos interessa analisar mais detidamente.

Na RISP 04, o 25º (Batalhão), que atua na Região dos Lagos, representou em fevereiro 32% dos homicídios. Apesar de ter havido uma redução em toda a região, ocorreu um deslocamento populacional muito grande nesse período, sobretudo para Cabo Frio, em virtude do carnaval. Normalmente, ela não se posiciona ao lado da RISP da Baixada Fluminense nas outras épocas do ano.

Por circunscrição (delegacias), a polícia civil vem implementando algumas ações importantes, como a

criação de uma divisão de homicídios da Baixada Fluminense. Já procuramos a polícia civil para fazer ações conjuntas. Acreditamos que ações mais contundentes e frequentes, de inteligência integrada, possam impactar os números globais do estado. Concentrando por ordem de prioridade, hoje a Baixada Fluminense representa a maior prioridade com relação aos homicídios no Rio de Janeiro.

Já o pico da violência na RISP 01 foi em 2009. A partir deste ano houve uma queda acentuada, e a análise que fazemos é que, por mais exitoso que seja o projeto de pacificação, ele depende muito do sistema de segurança, com todos os atores funcionando em uma sinergia. Há uma necessidade de aprimoramento, de reinvenção, e também são necessários outros atores atuando de forma mais equilibrada. Comparando ao ano passado, houve uma redução de 9,8% na RISP 01, ou quatro mortes a menos.

Na AISP 03, no Méier e bairros adjacentes, houve o maior percentual de registros. Porém, o maior índice de homicídios por armas de fogo ocorreu na AISP 16, onde está o Complexo do Alemão. Na RISP 02, que compreende Costa Barros, Rocha Miranda e o Complexo da Pedreira, ainda há um número de conflagração muito alto. São bairros críticos mas, mesmo assim, tivemos uma redução da série histórica. E em comparação com ela mesma, a região apresentou, desde 2008, de uma forma global, uma queda em relação aos números do Estado.

Queda dos índices em 13 meses

Em treze meses, verificamos uma queda significativa nos homicídios. Na RISP 02 a redução foi de 31%, maior do que a RISP 01, onde está localizado o maior número de UPPs. Isso significou 29 mortes a menos. No Batalhão de Rocha Miranda foram registrados 25% dos homicídios do Estado. Na área central de Rocha Miranda, em direção à Baixada Fluminense, área mais conflagrada, os homicídios dolosos tendem a aumentar. Na RISP 03, da Baixada Fluminense, os números são altos mas tivemos uma queda significativa entre fevereiro de 2014 e de 2015, de 32%. Apesar de todos os registros, foi a região que apresentou a maior queda.

Olhando mais detalhadamente, o Batalhão de Mesquita, que compreende o Município de Nova Iguaçu e Nilópolis, teve o maior número de registros, com 35% dos homicídios daquela região. Em seguida vem a AISP de Duque de Caxias, com 23%; AISP 24,

de Queimados, com 18% e AISP 21, com 10%. Isso significa que as ações, mesmo com recursos escassos, representam uma grande chance de diminuir esses números e com isso de impactar os índices globais do Estado. Os números da Baixada ainda são altos, mas foi a região com a maior redução: 32%, ou 58 mortes a menos em relação a fevereiro do ano passado.

Já na RISP 04, que compreende a Grande Niterói, Icaraí, Itaboraí, Cabo Frio e São Gonçalo, ainda há problemas que merecem atenção. Entendemos que houve um impacto atípico por causa do carnaval, mas vamos analisar quais foram as ações implementadas e se há uma tendência, ou seja, com uma série histórica maior poderemos entender melhor esse fenômeno criminal.

Algumas conclusões: juntas, a região 01 e 02 da capital foram responsáveis por 21% da redução dos homicídios em todo o Estado. A RISP 03 sozinha (Baixada Fluminense) representou 37% dessa redução. O interior e a grande Niterói corresponderam a 42% da redução no estado do Rio de Janeiro. Ainda é cedo, no entanto, para dizer se há ou não uma tendência de queda.

Buscamos parceiros que se comprometam a fazer análises mais detalhadas desses eventos, para chegarmos a conclusões mais específicas. Buscamos uma integração com a Polícia Civil e com a divisão de homicídios, especificamente na Baixada Fluminense. Ela já vem acontecendo, mas com um objetivo específico, quase uma força tarefa para a redução dos homicídios no Rio de Janeiro. Precisamos continuar a investir em programas que priorizem a prevenção à violência em todo o Estado, além de programar o suporte de recursos humanos, materiais e mais a qualificação adequada dos comandantes dos Batalhões.

O que temos de fazer é aprimorar e o próximo passo será investir em pesquisa mais detalhadas. Este programa busca parcerias e há interessados em financiar, como a Open Society e o Instituto de Estudos da Religião (ISER). Precisamos de conclusões cientificamente embasadas, para que possamos direcionar os já limitados recursos.

Pesquisa de vitimização de policiais

A Secretaria de Segurança fez uma pesquisa de 2007 a 2014 sobre vitimização de policiais com a Polícia Militar, para podermos verificar a situação

de uma forma metodológica. Às vezes vamos por um caminho que pensamos estar certo e a pesquisa nos surpreende. Foi feito um levantamento em relação ao número de policiais mortos em serviço ou no horário de folga. Verificamos que o policial ainda morre bastante nos horários de folga pelo simples fato de ser policial. Isso nos custa muito não só na questão emocional, como é uma perda para a sociedade, que deixa de contar com o policial de que necessita.

Temos de melhorar essa informação, esse treinamento tático-operacional, e mostrar a esse policial que sua simples identificação significa um risco para ele. Não é só tirar o fuzil na hora do serviço, mas como dizer para esse policial que ele vai ficar sem o fuzil? Estamos construindo ações em função dessa pesquisa. Constatamos que o serviço de rádio patrulha é onde o policial mais morre e mais é ferido, não só por tiro, mas por paulada, pedrada, por arma branca.

Grande parte das instituições públicas no Brasil não tem a legitimidade que caberia a uma sociedade democrática, então o policial sofre, apanha, é cortado. Já criamos uma comissão interna de prevenção de acidentes, estamos com algumas ações para

conscientizar esse policial. Não é fácil, precisamos exercer uma pedagogia muito criativa. Falamos das coisas visíveis, como feridas, mas e as invisíveis? E os impactos, a exemplo de policiais vitimados por doenças silenciosas?

Muitos destes impactos resultam do fato de vivermos uma cultura não construída só dentro da polícia, mas a partir de um contexto global da sociedade. Tínhamos verdadeiros veteranos de guerra trabalhando, com muitos problemas de saúde física e mental, vítimas do serviço que exercem. Sentimos grande preocupação com nosso efetivo. É uma questão de conscientização no trabalho e na vida pessoal, com um grande número de acidentes de tiro. Há muitas mortes causadas nos locais que eles frequentam, nos horários no final de semana. São muitos dados para ser analisados.

Voltando à questão da vitimização e ao processo da capacitação, também já falamos que um dos pontos fundamentais seria explicar o erro que é reduzir a pacificação apenas às UPPs. Foi dado o primeiro passo na publicação do decreto do governador, no qual a pacificação foi alçada a um determinado nível e outras secretarias do Estado estão envolvidas. ■



“Gestão da barbárie”



Coronel Ibis Pereira

“Gestão da barbárie”

Coronel Ibis Pereira
17 de junho de 2015

Temos um problemaço para resolver: morrem mais de 50 mil brasileiros todo ano. Esse número vem crescendo, basta ver o resultado no Fórum Brasileiro de Segurança, e menos de 8% dos inquéritos chegam a algum lugar. Então temos de repensar com urgência o sistema da justiça criminal desse país. Isso é a barbárie. O que as polícias brasileiras fazem não é a manutenção de ordem, é a gestão da barbárie. Um país que tem 27 mortes por 100 mil habitantes não é uma democracia.

E há outro ponto para pensar. Hoje é 31 de março e alguma coisa ainda não acabou. Como é possível que em plena vigência de uma constituição chamada de cidadã pelo saudoso Ulysses Guimarães, alguém possa ter pensado e implementado a prática de uma coisa abjeta e antidemocrática como a gratificação por letalidade (a chamada gratificação faroeste), em plena vigência da constituição cidadã? Esses últimos 26 anos são os mais longos de prática democrática ininterrupta na história da nossa Repú-

blica. Antes deles, foram aqueles 18 anos da ditadura, desde 64. Fui à Brasília a mando da corporação, e almoçava quando na televisão o repórter anunciou o número de 27 mortes por 100 mil habitantes. Disse que não se importava com aquele volume de mortes porque, para ele, estava morrendo quem tinha de morrer.

É a variante do cerrado que vem com a ideia de que bandido bom é bandido morto. É o que faz a gente bater palmas no filme “Tropa de Elite” nas cenas de tortura. A gente faz uma crítica e o uniforme do Bope vira fantasia de duas escolas de samba. Precisamos nos indignar por viver em um país com uma taxa de homicídios dessas e forçar os governantes a promoverem taxas civilizadas. Se o sistema continuar como está, é muito pouco provável que a gente consiga trazê-la para patamares civilizados.

E há algo que não levamos em conta. A única coisa que o auto de resistência faz é livrar o agente da prisão em flagrante, só isso. O auto de resistência em si não deveria significar deixar de investigar o fato.



www.vivario.org.br